

Beneficiários da exclusão: obstáculos para a inclusão socioeconômica em destinos turísticos brasileiros

Beneficiaries of exclusion: obstacles for socioeconomic inclusion in Brazilian tourist destinations

DOI:10.34117/bjdv7n10-395

Recebimento dos originais: 28/09/2021

Aceitação para publicação: 28/10/2021

João Paulo Faria Tasso

Bacharel em Turismo e Doutor em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB).
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB). Líder do Laboratório de Estudos de Turismo e Sustentabilidade (LETS).
E-mail: jpfariatasso@gmail.com

Elimar Pinheiro do Nascimento

Sociólogo, Doutor pela Université René Descartes, Paris V, e Pós-Doutor pela Ecole Des Hautes Études em Sciences Sociales. Professor Associado III no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB).
E-mail: elimarcds@gmail.com

Helena Araújo Costa

Mestre em Turismo e Doutora em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB).
Professora do Departamento de Administração da Universidade de Brasília (UnB).
Líder do Laboratório de Estudos de Turismo e Sustentabilidade (LETS).
E-mail: helenacosta@unb.br

David Leonardo Bouças da Silva

Doutor em Administração (PPGA/UnB) e Mestre em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB). Professor do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão (DETUH/UFMA). Líder do Grupo de Pesquisa GEDOT/UFMA.
E-mail: david.boucas@ufma.br

RESUMO

O foco do presente artigo está no estudo sobre os múltiplos fatores que influenciam os processos de inclusão socioeconômica, de habitantes de destinos turísticos, no sistema produtivo local do turismo (SPLT). A relevância do trabalho perpassa pelo entendimento de que a inclusão socioeconômica (pelo emprego formal ou por práticas de inserção produtiva) pode ser definida como um dos aspectos fundamentais para a sustentabilidade do turismo. Foram selecionados para a pesquisa dois municípios (Barreirinhas – MA e Jijoca de Jericoacoara – CE), caracterizados tanto por suas potencialidades naturais (Parques Nacionais) quanto pela incipiente participação de seus habitantes nos benefícios econômicos decorrentes do setor. A ampla incidência de pobreza e de baixos rendimentos econômicos de seus moradores são aspectos que definem similitudes entre os cenários. O objetivo é fomentar o debate sobre os fatores que contribuem para, ou impedem, a inclusão socioeconômica das populações locais de destinos turísticos nacionais no sistema turístico. As reflexões são: em que medida a dinâmica do turismo nesses territórios permite ou não a inclusão socioeconômica dos moradores no SPLT, e como

ela ocorre? Por que alguns conseguem se inserir e outros não? Quais os fatores que contribuem para a inclusão socioeconômica? O intuito é que as discussões aqui fomentadas contribuam para o debate sobre a construção de políticas públicas mais efetivas e eficazes de inclusão social.

Palavras-chave: Inclusão Socioeconômica, Sustentabilidade e Turismo, Desenvolvimento Local, Sistema Produtivo Local de Turismo, Inclusão e Exclusão Social.

ABSTRACT

The focus of this paper is on the study of the multiple factors that influence the processes of socioeconomic inclusion of the inhabitants of tourist destinations in the tourism local productive system (TPLS). The relevance of this work is based on the understanding that socioeconomic inclusion (through formal employment or productive insertion practices) can be defined as one of the fundamental aspects for the sustainability of tourism. Two municipalities were selected for the research (Barreirinhas - MA and Jijoca de Jericoacoara - CE), characterized both by their natural potentialities (National Parks) and by the incipient participation of their inhabitants in the economic benefits resulting from the sector. The wide incidence of poverty and low economic incomes of its inhabitants are aspects that define similarities between the scenarios. The objective is to foster debate about the factors that contribute to, or impede, the socioeconomic inclusion of local populations in national tourist destinations in the tourism system. The reflections are: to what extent do the dynamics of tourism in these territories allow or not the socioeconomic inclusion of residents in the SPLT, and how does it occur? Why are some able to insert themselves and others not? What factors contribute to socioeconomic inclusion? The intention is that the discussions fostered here will contribute to the debate about the construction of more effective and efficient public policies for social inclusion.

Keywords: Socioeconomic Inclusion, Sustainability and Tourism, Local Development, Tourism Local Productive System, Social Inclusion and Exclusion.

1 INTRODUÇÃO

Ainda que pouco evidentes, muitos são os obstáculos enfrentados por moradores de destinos turísticos que buscam, recorrentemente, por oportunidades de(a) emprego no setor, ou de(b) inserção de produtos de base artesanal e familiar no sistema produtivo de turismo. Tais barreiras têm se apresentado sob aspectos técnicos, logísticos, jurídicos, ou mesmo culturais, contudo, sem a devida profundidade de estudo e de discussão acadêmica.

Diante do exposto, julga-se necessária a abertura de um espaço de debate sobre os fatores de inclusão e de exclusão socioeconômica no sistema turístico brasileiro. Para tanto, o artigo tem como foco apresentar uma síntese dos principais resultados obtidos pela pesquisa de doutorado do primeiro autor, desenvolvida nos municípios de Barreirinhas (MA) e de Jijoca de Jericoacoara (CE).

O objeto da pesquisa se concentrou no estudo sobre os fatores que influem sobre a inclusão socioeconômica direta (emprego formal) e indireta (comercialização de produtos locais), dos habitantes destes destinos turísticos no “sistema produtivo local de turismo” (SPLT) (TASSO, 2014).

Os municípios estudados foram elencados em função de algumas similitudes, tais como: a presença de unidades de conservação em suas áreas territoriais – Parques Nacionais dos Lençóis Maranhenses (PNLM) e de Jericoacoara (PNJ) –; atratividade turística gerada pelas paisagens singulares; altas taxas de pobreza de suas populações. Estas últimas ultrapassam os 50% de seus moradores, em cada localidade. De acordo com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM, 2013), dentre os indicadores avaliados, o de “emprego e renda” é o que atesta, nos dois municípios, a menor contribuição, avaliado como de baixo desenvolvimento.

Reconhecendo-se o quadro de pobreza de grande parte dos habitantes dos destinos estudados, e o cenário contraditório gerado pelo notório fluxo turístico dinamizador das economias locais, buscou-se melhor entender quais fatores contribuem para o aumento da participação das comunidades locais nos benefícios econômicos da atividade.

As discussões e dados apresentados no artigo estão distribuídos por quatro tópicos, afora esta Introdução e a Conclusão. O primeiro tópico caracteriza, de forma multidimensional, os municípios de Barreirinhas e Jijoca de Jericoacoara. O segundo tópico se concentra nas discussões teórica e epistemológica com respeito aos conceitos centrais da pesquisa, particularmente sustentabilidade e turismo, inclusão socioeconômica e sistema produtivo local de turismo. No terceiro tópico é apresentada a estrutura metodológica utilizada para a realização da pesquisa. Já no último tópico apresentam-se os resultados, a análise crítica das informações e dos dados coletados nos trabalhos de campo, assim como, a avaliação dos fatores estudados.

É digno de nota que o presente artigo, fruto do desenvolvimento da pesquisa de doutorado, não teve como objetivo definir relações causais entre os fatores analisados e a inclusão socioeconômica. O esforço concentrou-se no reconhecimento dos fatores que podem gerar indícios de notória influência sobre a inclusão socioeconômica no SPLT.

2 OS DESTINOS TURÍSTICOS ESTUDADOS

Barreirinhas se localiza na Microrregião dos Lençóis Maranhenses, distante 537 Km de Jijoca de Jericoacoara e 269 Km da capital do Estado do Maranhão, São Luís. Jijoca de Jericoacoara, por sua vez, encontra-se a uma distância de 295 Km da capital

cearense, Fortaleza. Tratam-se de áreas caracterizadas por suas potencialidades naturais singulares, com Parques Nacionais, e pela alta incidência de pobreza e baixos índices de desenvolvimento humano (IDH). O PNLM e PNJ apresentam cenários paradisíacos singulares, de notório fluxo turístico no Brasil e no mundo, e extensão territorial distinta de 155.000 hectares e 8.850 hectares, respectivamente (SILVA, 2018).

O PNLM reflete aspectos naturais marcados, principalmente, pelas inúmeras lagoas de água doce que se estendem por dunas fixas e móveis, e pelo Rio Preguiças, importante meio de produção de pescados e de comunicação entre povoados ribeirinhos, cujas margens são cercadas por manguezais. Já o PNJ se caracteriza por um cenário de atrativos naturais de grande interesse turístico, como dunas, lagoas, rios e manguezais, sendo considerado um dos principais destinos turísticos do Estado do Ceará (TASSO, 2011, 2014).

Os municípios de Barreirinhas e de Jijoca de Jericoacoara estão entre os “65 Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico Regional” do Ministério do Turismo (BRASIL, 2008). Apresentam-se moldados por uma consistente estrutura de acolhimento turístico, com hotéis, pousadas, resorts, bares, restaurantes, lanchonetes, agências de receptivo e operadoras, além de cooperativas e associações de bugueiros, toyoteiros, pilotos de voadeiras, guias de turismo e artesãos (SILVA; 2018; TASSO, 2011, 2014).

Segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2010), Barreirinhas conta com 54.930 habitantes, enquanto que Jijoca de Jericoacoara possui 17.002. As zonas rurais continuam sendo as de maiores concentrações populacionais, 59,85% no primeiro município e 67,32% no segundo. Suas populações se dedicam, principalmente, à atividade pesqueira artesanal e agrícola familiar, além da produção de artesanato (com o advento da atividade turística). O aproveitamento dos recursos naturais, ainda hoje para muitos como forma de subsistência, foi o principal fator de contribuição para fixação e formação de povoados nas áreas.

A marca maior dos dois municípios é a incidência da pobreza, suas taxas ultrapassam os 50% das populações (IBGE, 2010). Os índices de desenvolvimento municipais, referentes ao ano de 2010, reforçam esse quadro negativo. Nos dois municípios o indicador de emprego e renda, do IDHM, é o de pior rendimento, classificado como de baixo desenvolvimento (Ver **Tabela 1**).

Tabela 1: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM (2010)

MUNICÍPIO	IFDM TOTAL	ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO		
		Educação	Saúde	Emprego e Renda
Barreirinhas	0.5466	0.5899	0.6583	0.3916
Jijoca de Jericoacoara	0.6921	0.8174	0.8937	0.3652

Fonte: SISTEMA FIRJAN (2013).

3 INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INCLUDENTE

3.1 TURISMO E EXCLUSÃO SOCIAL

Entender o turismo em sua base epistemológica demanda a quebra de um reducionismo em seu tratamento como mera “atividade econômica” pela necessidade de adoção de uma compreensão mais holística, em que o reconheça como um fenômeno complexo e sistêmico, multissetorial e dinâmico, transversal, multidimensional e interdisciplinar (BENI, 2020).

Diante disso, é fundamental que seja superada a usual e equivocada concepção do turismo restringindo-o à sua cadeia produtiva (conjunto de entes privados), desconsiderando as múltiplas relações e articulações que se estabelecem entre os diversos envolvidos diretamente com o turismo e os atores locais, o ambiente e todo o território abrangido. As sinergias, interações e vínculos que se criam é que caracterizam um “sistema” produtivo maior, o sistema produtivo local de turismo (SPLT) (TASSO, 2014; SOUTO-MAIOR; COSTA, 2006). De toda forma, toda e qualquer tentativa de ampliação de benefícios socioeconômicos para uma determinada região, por meio do turismo, pode ser acompanhada do surgimento de custos, também econômicos, para uma parcela de sua população local (TASSO; NASCIMENTO; COSTA, 2012).

No entanto, a dimensão socioeconômica da sustentabilidade, vislumbrada com o desenvolvimento do turismo em dada região, não pode ser atingida, apenas, pela otimização dos benefícios econômicos e pela diminuição dos custos que os acompanham. Outros aspectos de grande relevância devem ser priorizados, como a distribuição equitativa desses benefícios, a concorrência justa entre empresas locais e de fora, dentre outros (SWARBROOKE, 2000). Em contrapartida, grande parte das populações residentes em destinos turísticos brasileiros (dentre eles, Jericoacoara e Lençóis Maranhenses) parece não ter tido participação efetiva nos reais benefícios econômicos decorrentes da dinamização desse setor (SILVA; RIBEIRO, 2018). Tal fato vai ao encontro do que é sinalizado pela literatura científica na qual se reforça que as atividades

turísticas têm beneficiado de maneira desigual as populações locais (IRVING, 2006; KRIPPENDORF, 2001; CLARKE, 1997).

O aproveitamento das potencialidades ambiental e cultural, presentes nessas e em outras regiões economicamente desfavorecidas, para o desenvolvimento do sistema produtivo local de turismo, tem sido acompanhado, com raras exceções, de processos crescentes de exclusão social (IRVING, 2002). O entendimento mais aprofundado sobre as características da exclusão social denota que a exclusão é multidimensional (ROSSAVALON, 1995; NASCIMENTO, 1998).

Por se tratar de um campo teórico múltiplo (NASCIMENTO, 1998), que compreende uma rica variedade de situações (BOUGET, 1992), a exclusão social pode ser apresentada sob concepções e abordagens diversas. Como uma ruptura de vínculos sociais, comunitários, familiares ou mesmo individuais (XIBERRAS, 1992) ou como uma situação de desfiliação, em que os indivíduos se encontram, simultaneamente, desintegrados do mundo do trabalho e desinseridos do meio social (CASTELL, 1991). Um dos determinantes para a formação da injustiça social e, conseqüentemente, da estruturação da exclusão, é o desemprego (DEMO, 2002), que gera muito mais do que a perda de rendimentos. Ele acarreta, também, na perda de liberdades do indivíduo, de suas habilidades, e de seus vínculos sociais (SEN, 2000). No caso do Brasil, a expansão do desemprego já tem ultrapassado formas anteriores de exclusão, como o analfabetismo (POCHMANN, 2004).

O turismo não é tratado aqui como o responsável pela perpetuação desse modelo excludente, caracterizado pelos baixos índices de desenvolvimento dos destinos estudados. Pelo contrário. Ele pode ser considerado como o instrumento com maior capacidade de inverter esse quadro a partir da geração de trabalho, emprego e renda, de forma mais efetiva. Isso porque o setor de turismo é reconhecido como um segmento intensivo em mão de obra, que demanda um valor de produção para a geração de uma unidade de emprego notoriamente menor, se comparado a outros setores econômicos. Mais do que isso. Pode ser tratado como uma ferramenta norteadora de iniciativas de inclusão social e produtiva.

3.2 A INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA (DIRETA E INDIRETA) E SEUS FATORES

Fatores de inclusão socioeconômica no SPLT são aqui entendidos como aqueles que influenciam a participação efetiva dos atores locais nos benefícios econômicos decorrentes da atividade turística (TASSO, 2014). No caso, atores são considerados todos

os indivíduos, grupos ou organizações que têm identidade própria, que são reconhecidos por outros, e que têm capacidade de agir e influenciar o seu contexto.

Os fatores de inclusão socioeconômica definidos para o estudo foram subdivididos em dois grupos: “diretos” e “indiretos”. Eles foram definidos como variáveis que contribuem, ou impedem, que um ou mais indivíduos consigam emprego ou vender seus produtos e serviços no mercado turístico. Por sua vez, muitos desses fatores já haviam sido destacados, em estudos e trabalhos técnicos pretéritos, como empecilhos para a efetivação de empregos formais (RAMOS, 1997; SEGNINI, 2000; 2010; TASSO, 2011) ou para a efetivação de vendas diretas de produtos (ISPN, 2011; CAPELLESSO; CAZELLA, 2013; VINH, 2008).

Neste trabalho, os fatores que incidem sobre a inclusão socioeconômica foram divididos entre aqueles que incidem sobre a forma de inclusão direta e indireta. No **Quadro 1**, a seguir, apresentam-se os fatores com incidência de forma direta (emprego).

Quadro 1: Fatores de Inclusão Socioeconômica “Direta”

FATORES DE INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA “DIRETA”
Gênero: pode influenciar, ou mesmo determinar, a escolha por um candidato à vaga em funções específicas, tais como camareira, segurança/vigia noturno ou cozinheira.
Idade: pode ser decisiva nos processos de seleção de um candidato a vagas em funções específicas, quando jovens poderiam ser favorecidos (em funções que exijam melhor aptidão física) e os mais velhos preteridos.
Religião: pode ser um obstáculo na busca por oportunidades de emprego, dado que algumas religiões condenam a realização de trabalhos assalariados em determinados dias da semana, dentre outras imposições aos seus seguidores que podem ser contrárias àquelas identificadas no setor turístico.
Rede de relações sociais: a busca por pessoas próximas (“de confiança”) pode fazer com que a indicação por conhecidos, para compor o quadro de funcionários de estabelecimentos turísticos, seja um fator que contribua diretamente ao acesso ao emprego.
Acesso à informação/conhecimento da área: o conhecimento sobre a dinâmica da atividade turística, os setores que o compõem, os atrativos turísticos locais, os atores envolvidos, pode contribuir para o acesso ao emprego no setor. A carência de informações pode ter um efeito inverso.
Local de nascimento: a tendência natural de que um número crescente de habitantes locais venha a buscar por oportunidades de emprego no setor de turismo, e conseguir, dado ao aumento gradativo da atividade nas regiões, pode ter um movimento contrário com o surgimento de um estigma qualquer em relação aos nativos.
Grau de escolaridade: funções específicas podem exigir, como aspecto primordial, mais do que em outras funções, um alto índice de instrução formal daqueles que pretendem desenvolvê-la. Por outro lado, algumas funções podem não ter a mesma exigência (ou mesmo desconsiderá-la), primando por outros aspectos.
Experiência (familiar) anterior: pode ser vista tanto como um aspecto positivo quanto negativo. Positivo: o funcionário contratado não precisará de um acompanhamento próximo, demandando menos tempo no detalhamento de sua função. Negativo: pode trazer consigo “vícios” na função, decorrente de orientações distintas de outros estabelecimentos, o que demandaria tempo para correção.
Capacitação profissional: realização de cursos técnicos especializados voltados ao desenvolvimento de funções no setor de turismo pode ser um fator que contribui para a inclusão socioeconômica no SPLT. Por outra perspectiva, algumas atividades carecem de pouca, ou nenhuma, qualificação.
Proximidade física do local onde a atividade turística se desenvolve: o amplo distanciamento físico entre o local de moradia dos habitantes e o espaço onde se encontram grande parte dos estabelecimentos do trade turístico pode desestimular a procura de empregos por interessados, dificultar o deslocamento diário para a realização de sua função, e prejudicar o estabelecimento em atividades matinais.
Participação em cooperativas e/ou associações: em determinadas circunstâncias, a organização coletiva pode ser a única forma de habitantes locais se inserirem no SPLT, seja por meio de cooperativas, associações ou sindicatos.

FONTE: TASSO, 2014.

No **Quadro 2**, definem-se os fatores que incidem na inclusão indireta no SPLT, divididos em duas ramificações: (a) pela comercialização de produtos locais, dentre alimentícios e artesanato; (b) pelo oferecimento de serviços específicos, como de motoristas de carros tracionados, guias turísticos, pilotos de embarcações, dentre outros.

Quadro 2: Fatores de Inclusão Socioeconômica “Indireta”

FATORES DE INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA “INDIRETA”
Problemas quanto à emissão de nota fiscal: em especial os resorts exigem a apresentação de notas fiscais pelos fornecedores, para a efetivação das compras de produtos. Este pode ser um fator determinante que limita a comercialização direta com pequenos produtores rurais locais.
Empecilhos quanto às condições de pagamento: os subsetores de grandes redes hoteleiras responsáveis pelos pedidos, controle de estoque, pagamentos e cobranças (financeiro), acabam por demandar por prazos para a efetivação do pagamento, e realizam seus pagamentos apenas por transferência bancária, o que dificulta ainda mais o desenvolvimento da comercialização.
Problemas quanto à adequação da produção à sazonalidade do turismo: o descompasso entre a sazonalidade do turismo, e a sazonalidade de algumas espécies de pescados e de frutas típicas das regiões estudadas, pode ser outro obstáculo para a inclusão socioprodutiva. Períodos de alta temporada, por vezes, coincidem com períodos de defeso de pescados ou de estiagem nas lavouras. Dessa forma, por parte dos produtores, não há como se garantir a regularidade no fornecimento (por todo o ano) dos produtos exigidos.
Falta de capital de giro, de estrutura de beneficiamento e de local de estocagem: a ausência de um alicerce econômico que cubra os muitos custos nos processos produtivos é uma realidade comum a todos os grupos de pequenos produtores rurais, nas duas regiões. Outra questão tangente é a preferência de alguns estabelecimentos do trade pela compra de produtos já beneficiados. Para tanto são necessárias estruturas físicas com equipamentos específicos e apropriados para sua correta produção. Para o acondicionamento do produto beneficiado, ou até mesmo para a conservação de produtos sazonais, necessita-se de locais adequados para estocagem, que mantenham a qualidade dos produtos.
Insuficiência na produção para atendimento da demanda: alguns aspectos como a provisão da quantidade necessária e a manutenção do padrão de oferecimento dos produtos e dos serviços são outras exigências às quais grupos de pequenos produtores, por vezes, não conseguem cumprir.
Indisponibilidade logística para o escoamento da produção: a falta de meios de transporte adequados, com estrutura interna para acondicionamento e escoamento dos produtos até os estabelecimentos turísticos também pode se configurar como um notório obstáculo.
Falta de capacitação profissional técnica e gerencial: necessidades básicas como cursos de beneficiamento de produtos, de boas práticas de fabricação e de higiene pessoal, somam-se aos problemas de mau gerenciamento da produção, dos gastos, do estoque, das receitas. Todo o trabalho que pôde ser identificado, sem o suporte de ferramentas técnicas e informatizadas, tendem a um sistema produtivo arcaico.
Fragilidade na organização coletiva do trabalho: obstáculo de caráter essencialmente cultural e, por vezes, político. Tomadas de decisões realizadas sem um número expressivo de cooperados; falta de participação efetiva em cursos técnicos oferecidos; falta de consenso, entre membros dos grupos comunitários, sobre aspectos intrínsecos ao trabalho e sobre a implantação de novos projetos de fortalecimento produtivo, por fazerem analogia às ações e campanhas políticas das Prefeituras Municipais, que apoiam essas ações.
Dificuldades na obtenção de registros de serviços de inspeção sanitária (SIF / SIE / SIM): o SIF é um sistema nacional de avaliação e controle da produção de alimentos, comestíveis ou não, de origem animal. Implantado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil - MAPA (BRASIL, 2013a), o selo “S.I.F” atesta a qualidade sanitária e a conformidade do produto com a legislação brasileira. Suas classificações, exigências e critérios vão de acordo com a abrangência de comercialização do produto (interestadual ou internacional, intermunicipal no próprio estado, ou apenas para o próprio município). Contudo, as exigências para se atingir um padrão de qualidade que permita a obtenção do selo, ainda estão distantes da realidade dos pequenos produtores rurais.

FONTE: TASSO, 2014.

Vale ressaltar que, no caso específico da venda de pescados, de produtos agrícolas e de artesanatos, buscou-se trabalhar os fatores que limitam ou contribuem para a comercialização “direta” entre a oferta (indivíduo e grupos locais organizados) e a demanda (trade turístico). Sabe-se que atravessadores possuem um papel de destaque – positivo e negativo – na cadeia produtiva como um todo, porém, que acabam por viabilizar rendimentos insuficientes aos pequenos produtores rurais. Dessa forma, não sendo entendido, neste artigo, como uma estrutura de inclusão socioeconômica.

3.3 O DESENVOLVIMENTO LOCAL INCLUDENTE E A SUSTENTABILIDADE NO TURISMO

A inclusão social está atrelada, com maior propriedade, ao objetivo de conquista da justiça social, mais especificamente na justiça participativa, na qual se busca a garantia de um nível de vida digno para todos, igualdade de oportunidades, acesso à formação, disponibilidade de trabalho, participação cultural, e a minimização das diferenças sociais (BOMBASSARO; KRÜGGELER; SOUZA, 2009). Além disso, acompanhada do avanço da renda individual, por meio do emprego, e da acessível oferta de equipamentos e de serviços públicos, como educação, saúde e habitação (POCHMANN, 2005). Os pressupostos da inclusão social devem se fazer tangentes aos processos de desenvolvimento turístico local, os quais devem buscar por melhorias nas condições de vida das comunidades locais, por meio da geração de trabalho, emprego e renda e da distribuição mais equitativa dos benefícios econômicos decorrentes desse setor.

A noção de desenvolvimento local é entendida como o processo endógeno de promoção do dinamismo socioeconômico de uma unidade territorial, por meio da organização social em nível local, da preservação do patrimônio ambiental, e da exploração das capacidades e das potencialidades encontradas, buscando a autogestão pelos residentes e a melhoria da qualidade de vida de sua população (BUARQUE, 1999). A criação de oportunidades efetivas de participação e de benefício econômico para grupos residentes, puxando números crescentes de empregos decentes (sem deixar de lado a melhoria das atividades informais) se referencia como um modelo de “desenvolvimento local includente” (TASSO et al., 2012).

De todo modo, os processos de desenvolvimento do turismo no Brasil não devem se limitar apenas à disponibilização de oportunidades de emprego no setor. Deve-se ter em mente que o desenraizamento cultural, decorrente do afastamento dos pequenos produtores de suas atividades tradicionais (notoriamente desvalorizadas pelo mercado

turístico), tem gerado uma baixa contribuição para a inclusão de comunidades locais, e tem acarretado em impactos socioambientais irreversíveis, e na considerável perda da identidade cultural local (BURSZTYN, 2005).

O aproveitamento racional e ecologicamente sustentável desses recursos poderia fazer parte de uma estratégia em benefício das populações locais, na qual fosse incorporada a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, em um modelo de desenvolvimento partindo de dentro (SACHS, 2002). Dentre outras formas, destacam-se as ações de inclusão socioproductiva, também tratadas como “inclusão produtiva”, “inserção produtiva” e “inserção socioproductiva”, entendida como o processo voltado à conquista de autonomia, pela formação de cidadãos que se integrem ao mundo pelo trabalho, conduzindo-os a uma vida digna, tendo seus direitos assegurados (BRASIL, 2012a; BRASIL, 2012b).

Tratam-se de ações que contribuem para a geração de trabalho e renda para famílias usuárias da política de assistência social, por meio do fortalecimento de arranjos e de organizações produtivas comunitárias, da instrumentalização e da capacitação profissional, da valorização da identidade cultural local e do saber-fazer tradicional (SERGIPE, 2014; SEMCAS, 2013). Contribuiu, nesse sentido, Raimundo (2017), ao estabelecer que a verdadeira inclusão social abarca três esferas: a ação política, a qual envolve o empoderamento das comunidades locais; aspectos identitários e de pertencimento, os quais devem vir acompanhadas da noção de territorialidade; e o aspecto econômico, que versa sobre a geração de emprego e renda. Para o autor, sem a compatibilização desses interesses, não se poderia pôr em prática a pretendida inclusão social.

A inclusão produtiva foi concebida como uma das vertentes de projetos de enfrentamento da pobreza, definida pelo Governo Federal Brasileiro a partir do “Plano Brasil Sem Miséria”. Esta vertente, que previu ações no campo e na cidade, buscava, dentre outras coisas, fortalecer atividades de agricultores familiares de baixa renda, pelo aumento da capacidade produtiva e pela inserção dos produtos no mercado, por meio de acompanhamento técnico, oferecimento de insumos e de água (BRASIL, 2012b). Ela é uma condição necessária para o desenvolvimento humano na qual a qualificação profissional constitui a referência mais imediata, seguida pelas iniciativas de promoção do empreendedorismo individual, microcrédito produtivo orientado, fomento e apoio à economia solidária, ou ainda, inserção pelo trabalho assalariado ou associado (BRASIL, 2013a).

No entanto, em grande parte dos casos, as ações voltadas à inclusão socioprodutiva em destinos turísticos brasileiros se limitam apenas ao primeiro passo, representado pela capacitação e qualificação profissional dos interessados. Com a implementação de políticas e projetos de inclusão socioprodutiva sem a eficiência e a eficácia necessárias, acarreta-se o confinamento da grande parcela da maioria trabalhadora limitada às atividades informais, não direcionando benefícios e melhorias para as comunidades de baixa renda.

Vislumbra-se, a partir daí, um processo de desenvolvimento sustentável do turismo, o qual perpassa por várias características intrínsecas a este campo de estudo. Ou seja, pela prudência na utilização dos recursos naturais – respeitando áreas frágeis e a capacidade de carga (COOPER, 2007). Pela distribuição equitativa dos benefícios, redução da pobreza e aumento da qualidade de vida da população residente (SWARBROOKE, 2000; IRVING, 2002; CLARKE, 1997). Pelo respeito à identidade cultural local, e incentivo à participação e ao reconhecimento das comunidades receptoras como grupos de atores sociais no processo (RUSCHMANN, 2006). Pela incorporação de princípios e valores éticos (GARROD, FYALL, 1998; FRANCE, 1998). Pela garantia da satisfação e da conscientização do turista sobre respeito e comportamento consciente e responsável, criando melhores lugares para se viver e para se visitar (GOODWIN, 2012; SHARPLEY, 2009). E pela capacidade de planejamento e de gestão do turismo, que possibilite a antecipação, a previsão e a adaptação/superação de crises (BOUÇAS DA SILVA; MIRANDA; HOFFMANN, 2021), com vistas a ações voltadas à resiliência do território (COSTA, SONAGLIO, WIESINIESKI, 2020).

4 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

O estudo desenvolvido teve caráter comparativo, sob a forma de apresentação analítico-descritiva dos dados. O levantamento das informações gerais e a coleta dos dados específicos, analisados na pesquisa, foram possíveis mediante abordagens exploratórias, quantitativas e qualitativas: (a) Exploratória, pela observação in loco, estabelecimento de contatos com atores-chave, e análise de dados secundários; (b) Quantitativa, por meio da aplicação de survey junto à população local; (c) Qualitativa, pela aplicação de formulários e entrevistas, não-estruturadas e semi-estruturadas, com empresários do trade turístico, empregados (incluídos) no setor de Turismo, e grupos organizados locais com ligação direta ao tema de pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa se deu com a realização de suas atividades distribuídas por cinco etapas:

(1) caracterização, integral e multidimensional, dos dois destinos turísticos definidos como objeto da presente pesquisa, tendo em vista o alcance do primeiro objetivo específico desta pesquisa. Para tanto, realizou-se pesquisas documentais e bibliográficas, a fontes diversas, escritas e orais, acerca dos cenários dos territórios estudados;

(2) revisão da literatura a partir da consulta, mais aprofundada e mais abrangente, da bibliografia básica utilizada no início do trabalho. A partir de tal revisão pôde-se edificar a base de discussões teóricas que serviriam para a reflexão empírica, contribuindo para uma melhor interpretação da realidade estudada e, também, para o melhor tratamento dos dados levantados nos trabalhos de campo. Os principais conceitos abordados no trabalho foram: inclusão e exclusão social; sustentabilidade e turismo responsável; desenvolvimento local e sustentável; sistema produtivo do turismo, e inclusão socioeconômica e socioprodutiva;

(3) planejamento e na preparação dos instrumentos para a coleta de dados em dois trabalhos de campo. As atividades realizadas foram: (a) elaboração, discussão, refinamento e pré-teste de quatro diferentes modelos de survey e formulários, que foram aplicados nas duas regiões com a população local, empresários do trade turístico, incluídos no sistema produtivo local de turismo, e grupos organizados com trabalhos tangentes à atividade turística; (b) desenho do plano amostral para os municípios de Barreirinhas e Jijoca de Jericoacoara; (c) seleção e capacitação dos dois grupos de entrevistadores em cada um dos dois municípios; organização da estrutura logística (carro e voadeira) para acesso às comunidades, urbanas e rurais, dos dois municípios estudados, e demais materiais a serem utilizados (gravador e materiais de escritório como blocos de notas, canetas, etc.). O desenho amostral probabilístico e a estrutura do instrumento de survey foram preparados para que os dados gerados pudessem ser analisados com ferramental estatístico univariado e multivariado;

(4) realização de dois trabalhos de campo em cada uma das duas localidades foco da pesquisa. O primeiro trabalho de campo foi realizado em novembro de 2012, na região de Jijoca de Jericoacoara, e em dezembro de 2012, na região de Barreirinhas;

(5) sistematização e análise de todos os dados obtidos nos dois trabalhos de campo. Inclui-se as seguintes atividades: digitação, codificação, tabulação, processamento e análise dos dados por meio da utilização dos softwares IBM SPSS Statistics 20.0 (Statistical Package for Social Science) e Free R.

5 RESULTADOS OBTIDOS E ANÁLISE CRÍTICA

A partir dos dados coletados, pode-se perceber que apenas 22,8% dos entrevistados de Barreirinhas e 17,5% de Jericoacoara já haviam buscado por oportunidades de emprego no setor turístico. A maioria dos entrevistados do Maranhão e Ceará (76,6% e 82,5%, respectivamente) não procurou emprego no setor porque “não gostam desse tipo de atividade” (15,6% e 9,5%), “não querem abandonar suas atividades tradicionais” (14,8% e 30,7%), ou “não possuem estudo suficiente” (12,8% e 20,9%). Portanto, os principais motivos de não buscar emprego no setor, que atinge até 1/3 dos habitantes, estão relacionados à satisfação com o que fazem ou ao desinteresse com as atividades do turismo. Por outro lado, para os indivíduos que buscaram emprego no turismo, o fizeram por afirmarem que “gostam desse tipo de atividade” (25,3% e 15,5%), “tinham necessidades financeiras” (23,9%, em Jeri), “não querem mais trabalhar em suas atividades tradicionais” (18,4%, em Barreirinhas), “os salários são altos” (18,4%, em Barreirinhas), ou “foram indicados/receberam um convite de conhecidos” (14,1%, em Jeri). O desinteresse pela atividade que desempenhavam e/ou pelas atratividades do turismo – melhores salários e condições de trabalho – foram as razões para cerca de 1/3 buscarem emprego neste setor.

Pela ótica dos que já estão trabalhando no setor – de Barreirinhas e de Jericoacoara – o emprego foi buscado por “gostarem desse tipo de atividade” (23,1% e 17%), “necessidade financeira” (14,1% e 25%), “não encontrarem outras opções de emprego/onde tem emprego” (34,6%, em Barreirinhas), “terem sido indicados/recebido convite por conhecidos” (20% em Jeri). A partir desses resultados, nota-se que as oportunidades empregatícias do turismo atraem, com maior intensidade, os que possuem apreço pela atividade, que já estavam pensando em abandonar suas práticas tradicionais ou que foram convidados por conhecidos. Para os que não gostam do turismo, mas buscam neste setor oportunidades, o fazem por ser, talvez, a única opção de emprego e/ou renda que possa suprir as suas necessidades. Nesse sentido, Krippendorf (2001) havia mencionado que o impacto econômico do turismo é o que desperta maior interesse nas comunidades quando se decide por explorá-lo e isso resulta, comumente, no abandono do seu *modus vivendi* tradicional, o que pode ser prejudicial aos destinos. Este é um trade-off que desafia a gestão sustentável dos destinos, uma vez que este desenraizamento cultural dificulta a efetiva inclusão comunitária e pode resultar na perda da identidade local (BURSZTYN, 2005).

As principais características dos incluídos de Barreirinhas e de Jericoacoara são, respectivamente: idade entre 16 e 34 anos; ensino médio completo ou ensino fundamental incompleto; residência na própria sede do município e em comunidades circunvizinhas ao núcleo turístico; renda familiar média mensal entre um e dois salários mínimos; nativos; aproximadamente a mesma porcentagem de indivíduos de gênero masculino e feminino; de religião católica; e que não participam de grupos organizados de trabalho.

Com respeito à inserção no mercado turístico, por meio da prestação de serviços de suporte à atividade (como guias, bugueiros, pilotos de embarcações náuticas, motoristas de carros tracionados etc.), verificou-se, nas duas regiões, um conflito recorrente entre os prestadores de serviços formais e os informais – estes também chamados de “piratas” ou clandestinos – situação já prevista em outras investigações (COSTA; SILVA; NASCIMENTO, 2012; SILVA et al., 2020). A busca pela formalização e prestação de serviços adequados ocorre pela participação em grupos organizados de trabalho, do pagamento de impostos, da capacitação profissional coletiva, do credenciamento exigido, da disponibilização de equipamentos em boas condições de uso e da padronização dos serviços. Em contrapartida, enfrentam a concorrência desleal com prestadores irregulares, descredenciados, sem capacitação, utilizando-se de equipamentos impróprios e que se ampliam constantemente, sobretudo na alta temporada. Esse conflito é considerado um obstáculo à sobrevivência dos negócios formalizados, mesmo diante de propostas para solucioná-lo, a exemplo do voucher único (COSTA et al., 2012) e, a posteriori, do voucher digital (SILVA et al., 2020), em Barreirinhas. Neste último estudo, evidenciou-se que a tentativa de organizar a oferta de passeios e impedir a atuação dos prestadores clandestinos segue requerendo maiores ajustes. Contudo, o voucher digital já aportou relevantes avanços ao turismo barreirinhense como a formalização de vários prestadores que atuavam na clandestinidade, além de constituir uma ferramenta de arrecadação municipal sobre os serviços turísticos, inexistente até pouco tempo.

Nesse rastro, em ambas as localidades, destacou-se a ausência de incentivos financeiros e de maior participação das autoridades públicas (federal, estadual e municipal) nas discussões sobre os problemas enfrentados cotidianamente. Segundo os investigados, o lucro que conseguem obter nas suas atividades não é suficiente para suprir os amplos gastos com a manutenção dos equipamentos (combustível, troca de peças, pintura para padronização) e com o pagamento de impostos. Em outros termos, a formalização e as exigências para prestarem serviços adequados se mostraram inviáveis

financeiramente para os gestores, os quais recomendaram que a fiscalização dos irregulares se intensifique, sob pena de comprometerem a continuidade dos seus negócios. Não ao acaso, a pesquisa de Silva et al. (2020) revelou elevada insatisfação com o voucher digital, em especial, por significar, na prática, a cobrança de um imposto adicional às agências.

No que tange à identificação e à avaliação dos fatores que mais influenciam os processos de inclusão socioeconômica no turismo, e também pela busca de aspectos recorrentes e relevantes entre os destinos estudados, foram notados alguns aspectos. Entre os 11 fatores avaliados para inclusão socioeconômica direta, 5 foram considerados de forte probabilidade (capacitação profissional; rede de relações sociais; experiência anterior; grau de escolaridade; e conhecimento da área/região), 4 foram considerados duvidosos (gênero; idade; proximidade física de onde a atividade turística se desenvolve; e participação em cooperativas e/ou associações), e 2 foram descartados (religião; e local de nascimento). Quanto aos 9 fatores de inclusão indireta, 5 foram considerados de forte probabilidade (regularidade no fornecimento; suficiência produtiva; disponibilidade logística; capacitação técnica e gerencial; e registros de inspeção sanitária), e 4 foram tratados como duvidosos (emissão de notas fiscais; condições de pagamento/prazo; capital de giro, estrutura de beneficiamento e local de estocagem; e participação efetiva em cooperativas e/ou associações). Nenhum fator de inclusão indireta foi descartado.

Com base nesses resultados, destacam-se aqui alguns pontos que influenciam a inclusão direta e indireta no turismo. Reforça-se a questão da capacitação profissional (técnica e gerencial), que ilustra o acesso necessário da população a uma educação que se proponha de qualidade (POCHMANN, 2005) e essa formação deve se estabelecer de maneira continuada e no longo prazo (BRASIL, 2018). Na contramão, a pesquisa de Silva et al. (2016) indicou que, em Barreirinhas, há um gap de competências significativo entre os profissionais que compõem a oferta de mão de obra local. Por isso, os empresários do turismo revelaram as suas dificuldades em contratar moradores e elevar a qualidade dos serviços prestados. Em Jericoacoara, essa qualidade tende a ser superior e demonstra um preparo maior da população local para atuar no setor.

Destaca-se, outrossim, a importância do estabelecimento das redes de relações sociais para gerar maiores possibilidades de inclusão. Essa teia de relacionamentos no destino, pautadas na confiança entre os indivíduos, propicia ganhos aos negócios e às comunidades locais, incluindo os prestadores formais e informais (BOUÇAS DA SILVA; HOFFMANN; COSTA, 2020). Ademais, uma das práticas mais comuns e que favorece

a competitividade empresarial trata da indicação de parceiros, a exemplo do que ocorre entre meios de hospedagem e agências de receptivo, tanto em Barreirinhas como em Jericoacoara (COSTA et al., 2017). E essa ação de indicar se estende aos demais prestadores de serviço, como guias, condutores e pilotos/motoristas. Assim, o capital social existente na localidade oportuniza maiores possibilidades de participação efetiva no mercado turístico, com retornos financeiros aos envolvidos.

Por outro lado, alguns fatores considerados de influência duvidosa contrariam, em partes, os resultados de pesquisas anteriores. A participação em cooperativas e/ou associações, por exemplo, para a realidade da competitividade empresarial, mostra-se condição-chave (BOUÇAS DA SILVA et al., 2020; COSTA et al., 2012, 2017). Para a inclusão socioeconômica, o envolvimento junto a entidades da sociedade civil organizada aludidas não é entendido como impactante. De todo modo, tem sido a articulação empresarial em cooperativas/associações uma das responsáveis pela melhoria na governança local e na qualidade dos serviços prestados (BOUÇAS DA SILVA et al., 2020; SILVA et al., 2020).

6 CONCLUSÃO

O contraste entre a potencialidade cênica, refletida pelos Parques Nacionais dos Lençóis Maranhenses e de Jericoacoara, a abundância de áreas produtivas e mão de obra, e os baixos índices de desenvolvimento local, principalmente no que tange à geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda, é um primeiro ponto de reflexão.

Há que se pensar em um modelo de desenvolvimento local no qual sejam primadas ações voltadas ao desenvolvimento a partir de dentro, ou seja, pensando-se na autossuficiência do destino. Serão necessárias, para tanto, ações integradas que:

- (a) Estimulem a capacitação e a qualificação profissional de indivíduos que busquem se inserir diretamente no setor (pelo emprego formal), pelo oferecimento de cursos de orientação técnica, em funções específicas demandadas em cada contexto turístico municipal;
- (b) Levem em consideração a importância das redes pautadas em confiança, que se formam entre os atores, e da vivência inicial no desempenho de uma ou mais funções, como um primeiro passo para se adquirir experiência, para efetivação dos processos de inclusão socioeconômica direta;
- (c) Primem pela ampliação dos níveis de instrução formal (escolaridade), por meio do acesso às oportunidades de escolarização de qualidade;

- (d) Sensibilizem e estimulem a vivência turística pelo próprio morador, para a melhoria do conhecimento sobre o setor de turismo e sobre a região, e sobre as oportunidades e potencialidades que esse setor pode viabilizar aos nativos, como formas de melhoria da qualidade de vida da população local;
- (e) Proporcionem incentivos, principalmente financeiros, para que grupos organizados de trabalho (que dão suporte à atividade turística) se mantenham ativos, com a padronização de alta qualidade na estrutura de oferecimento de serviços, atuando com a formalização que lhes é exigida;
- (f) Valorizem as atividades tradicionais, como a pesca artesanal e a agricultura familiar, fomentando o fortalecimento da organização produtiva (por meio do apoio técnico, logístico e jurídico) e a aproximação comercial (em uma perspectiva justa, ética e solidária), entre pequenos produtores rurais e o trade turístico;
- (g) Fortaleçam e ampliem a capacidade produtiva e a organização logística de escoamento, para que seja mantida a regularidade de fornecimento e, gradativamente, atinja-se a suficiência na produção para atendimento da demanda, envolvendo um maior número de grupos produtivos ao sistema de turismo.

Deve-se refletir que em nenhum destes focos existe impossibilidade real. Basta uma boa articulação entre agentes governamentais, empresas e atores do trade e a sociedade em geral. Portanto, conclui-se que o desenho das políticas públicas de inclusão social nos destinos turísticos estudados, assim como em outros destinos brasileiros que possuam similitudes, deverá se ater ao desenvolvimento endógeno e includente.

Por fim, destacam-se algumas limitações desse estudo e elas versam, principalmente, sobre os destinos, atores e setor econômico investigados. Sendo assim, como agenda de pesquisa, recomenda-se que as discussões sobre inclusão socioeconômica possam ser desenvolvidas em outras cidades turísticas do Brasil e do exterior; que incorporem novos atores sociais ao público-alvo da investigação; que se considere outros setores econômicos; que os estudos se desenvolvam de maneira longitudinal e incorporem diferentes técnicas de coleta e análise de dados.

REFERÊNCIAS

BENI, Mário Carlos. Saturação e Rejeição ao Turismo nas Destinações Turísticas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, 14 (2), 1-8, 2020. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1847>

BOMBASSARO, Luiz Carlos; KRÜGGELER, Thomas; SOUZA, Ricardo Timm de. **Democracia e inclusão social: Desigualdade como desafio para a sociedade e a Igreja no Brasil**. [s.l.]: EDIPUCRS, 2009.

BOUGET, Denis. **Observatoire europeen des politiques de lute contre les exclusions sociales**. Nantes, Centre d'Economie des Besoins Sociaux, 1992.

BOUÇAS DA SILVA, D.L.; HOFFMANN, V. E.; COSTA, H.A. Confiança em redes de cooperação do turismo: análise de seu papel e elementos vinculados em Parnaíba, Piauí, Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, 14(2), p. 9-29, maio/ago, 2020. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1535>

BOUÇAS DA SILVA, D.L.; MIRANDA, A. L.; HOFFMANN, V. E. Viva ou deixe morrer: estratégias para o enfrentamento da COVID-19 sob a perspectiva empresarial em São Luís do Maranhão, Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, 15(1), 2203, 2021. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v15i1.2203>

BRASIL. Congresso Virtual Internacional. **Economia Verde e Inclusão Socioproductiva: o papel da agricultura familiar. Reflexões para a Rio+20**. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Noticias/Attachments/505/doc_final_cong_virtual_baixa_corrigido.pdf>. Acesso em: 05 jan 2013. 2012a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Editais para Projetos de Inclusão Produtiva**. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/editais-de-inclusao-productiva/>>. Acesso em: 20 jul 2012. 2012b.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA)**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/MercadoInterno/Requisitos/RegulamentoInspecaoIndustrial.pdf>. Acesso em: 15 maio 2013. 2013a.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil**. 2. Ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Política Nacional de Qualificação no Turismo**. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/pnqt-pdf>>. Acesso em: 15 ago 2019.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal**. Brasília: PCT – INCRA/IICA, 1999.

BURSZTYN, Ivan. **Políticas públicas de turismo visando a inclusão social**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2005.

CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antonio. Os sistemas de financiamento na pesca artesanal: um estudo de caso no litoral Centro-Sul Catarinense. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 2, p. 275–294, 2013.

CASTELL, Robert. **De l'indigence à l'exclusion, la désaffiliation**. Precarité du travail et vulnérabilité relationnelle. p. 137-168. Donzelot et Roman – Face à l'exclusion: le modèle français. Paris: Esprit, 1991.

CLARKE, Jackie. A framework of approaches to sustainable tourism. **Journal of Sustainable Tourism**. Vol. 5. N. 3. 1997.

COOPER, Chris. **Turismo: princípios e práticas**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.
COSTA, H.A.; NASCIMENTO, E.P.; HOFFMANN, V.E.; BOUÇAS DA SILVA, D.L. ¿Por qué cooperan las micro y pequeñas empresas turísticas? **Estudios y Perspectivas en Turismo**, 26(4), 781-803, 2017.

COSTA, H. A.; SILVA, D. L. B.; NASCIMENTO, E. P. A Governança sonhada para o Turismo: uma análise sobre o voucher único de Barreirinhas (Maranhão, Brasil), a partir da visão dos empresários do setor turístico. **Revista Turismo y Desenvolvimento**, v. 2, p. 701-715, 2012.

COSTA, S. P.; SONAGLIO, K. E.; WIESINIESKI, L. B. (2020). A emergência da resiliência no planejamento e gestão turística. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 6, n 11, p. 91653-91669.

SOUTO-MAIOR, A. P., COSTA, H. A. (2006). Sistemas produtivos locais em turismo: relacionamentos estratégicos e aglomeração territorial com vantagens competitivas. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**. Rio de Janeiro: Vol. 1, n. 1, FGV.

DEMO, Pedro. **O charme da exclusão social**. 2. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2002.

FRANCE, L. (Ed.). **The Earthscan reader in sustainable tourism**. UK: Earthscan Publications Ltd., 1998.

GARROD, Brian; FYALL, Enoque. Beyond the rhetoric of sustainable tourism? **Tourism Management**. v. 19, n 3. Reino Unido: Elsevier Science, 1998.

GOODWIN, Harold; FONT, Xavier (ed). **Progress in Responsible Tourism**. Vol 2 (1). Disponível em: <http://www.goodfellowpublishers.com/free_files/file123ProgressVol2%281%29.pdf>. Acesso em: 09 abril 2014. 2012.

IRVING, M. A. Áreas protegidas de fronteira e turismo sustentável na Amazônia: entre o surrealismo e a invenção. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano VIII. N. 13. Salvador: 2006.

IRVING, Marta de Azevedo. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=210170>>. Acesso em 09 set 2013. 2010.

INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA (ISPN). **Caderno de Normas Fiscais, Sanitárias e Ambientais para regularização de agroindústrias comunitárias de produtos de uso sustentável da biodiversidade.** Brasília – DF: ISPN, 2011.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** São Paulo: Aleph, 2001.

NASCIMENTO, Elimar P. Globalização e exclusão social: fenômenos de uma nova crise da modernidade? In: DOWBOR, Ladislau & outros. **Desafios da globalização.** Petrópolis: Vozes, 1998.

POCHMANN, Marcio. **Políticas de inclusão social.** Resultados e avaliação. São Paulo: Cortez, 2004.

POCHMANN, Marcio. **Agenda não liberal da inclusão social no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora, 2005.

RAMOS, Carlos Alberto. **Notas sobre Políticas de Emprego.** Ipea: Brasília, 1997.

RAIMUNDO, Sidnei. **Em Busca do Paraíso: inclusão social e redução de problemas ambientais nas práticas de lazer e turismo.** Tese livre-docência (EACH/USP), São Paulo, SP, 2017.

ROSSAVALON, Pierre. **La nouvelle question sociale; repenser l'Etat-providence.** Paris, Seuil, 1995.

RUSCHMANN, D. M. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente.** Papirus: Campinas, 2006.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 72–81, 2000.

SEN, A. K. **Social Exclusion: Concept, Application and Scrutiny.** Social Development Papers N°1, Manila, Asian Development Bank, 2000.

SERGIPE. SECRETARIA DE ESTADO DA INCLUSÃO, ASSISTÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Inclusão Produtiva.** Disponível em: <http://www.se.gov.br/index/leitura/id/1263/Inclusao_Produtiva.htm>. Acesso em: 20 jul 2012. 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMCAS). **Inclusão Produtiva.** Disponível em: <http://www.saoluis.ma.gov.br/semcas/frmPagina.aspx?id_pagina_web=304>. Acesso em: 06 jun 2013. 2013.

SHARPLEY, R. **Tourism Development and the Environment: Beyond Sustainability?** London: Earthscan, 2009.

SILVA, David Leonardo Bouças da. **A confiança e sua relação com os elementos vinculados nas redes de cooperação do Brasil e da Espanha.** 2018, 203p. Tese (Doutorado

em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SILVA, D.L.B.; ANDRADE, D.A.C.; FERREIRA, L.B.; MONTEZANO, L. Competências e carências profissionais no setor de hospitalidade no Brasil: estudo dos destinos indutores do turismo no Estado do Maranhão. In: SANTOS et al. (org.). **Desafios, Estratégias e Tendências em Turismo e Hotelaria**, Faro: Universidade de Algarve, p. 515-536, 2016.

SILVA, D.L.B.; PINHO, T.R.R.; LUCENA, C.T.; CASALES-GARCIA, V.; ALMEIDA, I.C. La gobernanza en el Parque Nacional de los Lençóis Maranhenses, Brasil: análisis preliminar del voucher digital sobre la perspectiva del trade. **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**, n. 28 (junio/junho, 2020).

SILVA, D.L.B.; RIBEIRO, R.T. Passado, presente e futuro: os desafios para o desenvolvimento turístico sustentável do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. In: NASCIMENTO, E.P.; COSTA, H.C. (org.). **Turismo e Sustentabilidade: Verso e reverso**. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

SISTEMA FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/consulta-ao-indice/>>. Acesso em: 15 abr 2013.2013.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável, conceitos e impacto ambiental**. v.1. São Paulo: Aleph, 2000.

TASSO, João Paulo Faria. **Turismo na Encruzilhada: estudo sobre os fatores de inserção socioeconômica em destinos turísticos emergentes (Barreirinhas - MA)**. 2011, 188p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

TASSO, João Paulo Faria. **À procura da inclusividade: estudo sobre os fatores de inclusão socioeconômica em destinos turísticos brasileiros**. 2014, 310p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

TASSO, J.P.F.; NASCIMENTO, E.P.; COSTA, H.A. Factores de inserción socioeconômica en destinos turísticos emergentes: la búsqueda de inclusión em Barreirinhas (MA) – Brasil. **Estudios y Perspectivas en Turismo**. 21, 1075-1093, 2012.

VINH, Do Thi Thanh. **Role of the middlemen in the supply of the processing industry**. Case study: the Central South Region in Vietnam. Disponível em: <<http://ir.library.oregonstate.edu/xmlui/bitstream/handle/1957/37776/178.pdf?sequence=1>> . Acesso em: 31 maio 2013. 2008.

XIBERRAS, Martine. **Les theories de l'exclusion sociale**. Paris, Meridiens-Klincksieck, 1992.